
Conti: Antes silenciosos, agora Moro e Dallagnol deram para falar

**Artigo originalmente publicado no jornal Folha de S.Paulo desta terça-feira (8/11) com o título Cruzados loquazes.*

Se antes faziam figura de paladinos silenciosos da Justiça, Sergio Moro e Deltan Dallagnol deram agora para falar. Eles revestiram a sua loquacidade com a exaltação apolítica do bem geral. Na verdade, respondem a dois fatos políticos concretos.

O primeiro: a delação da Odebrecht periga pegar na testa da burguesia. Ela irá escancarar que grandes empresários corromperam e nobres políticos foram corrompidos. Juntos, eles aparelharam o Planalto e o Congresso — e agora nos mandam trabalhar mais e ganhar menos.

O segundo fato: para proteger seu poder de mando, os beneficentes e beneficiários do caixa 2 urdem uma autoanistia geral e irrestrita. A articulação dos dois fatos abala o poder de Dellagnol e Moro.

Dallagnol defendeu, num artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, que é um "disparate!" (com exclamação) dizer que a "lava jato" foi partidarizada. A resistência a punições, porém, surgiu só depois de Dilma ter sido afastada e Lula incriminado. A postura apolítica fica menos crível na boca Moro.

Afinal, o juiz ordenou a exposição, ilegal e fora do prazo que ele mesmo estipulara, de um telefonema da presidente. No plano jurídico, fez troça da presunção da inocência de Dilma. No político, inviabilizou que Lula fosse ministro. Sem o seu atropelo, a história teria sido outra.

Numa entrevista a Fausto Macedo e Ricardo Brandt (jornal *O Estado de S. Paulo*, 6/11), Moro fez política o tempo todo. Disse que tem poder — "o apoio da opinião pública tem sido essencial" — e defendeu que o Congresso aprove dez medidas específicas, além de pôr fim ao foro privilegiado de parlamentares e governantes.

Foi de um corporativismo que mal coube na palavra "muito". Teori Zavascki, que não o puniu por ter alardeado a gravação de Dilma, "tem feito um trabalho intenso, muito importante e relevante". O magistrado que Renan Calheiros chamou de "juizeco" é um "colega muito sério e competente". O projeto que pune abusos de juízes precisa ser "muito melhorado".

Tanto para ele como para Dallagnol, a corrupção é a serpente no paraíso. No seu artigo (escrito com o procurador Orlando Martello), Dallagnol sustenta que, se a corrupção sumir, surgirá "um Brasil competitivo, inovador, igualitário, democrático, republicano e, sobretudo, orgulhoso de si".

A única evidência que oferece para tal milagre é Hong Kong. Mas como ignora que a metrópole é uma região da China, e silencia sobre a sua história, o seu estatuto econômico, político e jurídico, chamando-a de "país", o seu vaticínio é vazio, senão ridículo.

Mais sinistro é o encerramento do seu sermão: "Parafrazeando Martin Luther King, estamos rodeados da perversidade dos maus, mas o que mais tememos é o silêncio dos bons". Está-se de volta à concepção

simplória da sociedade como palco da luta entre o Bem e o Mal; entre os bons da "lava jato" e os maus que não a apoiam.

A referência a Luther King é abusiva. O reverendo não escrevia sobre corrupção. Ele estava preso, no Alabama de 1963, por ter liderado marchas ilegais contra a segregação racial.

Seu texto, a Carta da Cadeia de Birghman, é um ataque eloquente a oito líderes religiosos que o acusavam de subversão, e defendiam — veja só — que o combate ao apartheid no Sul ficasse restrito aos tribunais.

É um documento da luta doída por direitos civis e políticos. Não é uma mistificação, moralista e autoelogiosa, de quem se acha — de quem acha que lidera uma santa cruzada.

Date Created

08/11/2016